



AP/DEPEC/GESTE 3 - Tel: (021) 277-7369 e Fax: (021) 220-1397

Endereço na Internet - <http://www.bndes.gov.br/sinopse/sineco.htm>

Equipe Técnica: Ana Cláudia Além e Joana Gostkowitz (PNUD).

Apoio: Maurício Gabriel Galvão

Agosto 2000 nº91

Fechamento da Edição: 01/09/00

◆1-Política Econômica

Balança Comercial: resultados e perspectivas

A balança comercial acumulou um superávit de US\$ 974 milhões de janeiro a julho deste ano – os resultados parciais de agosto são apresentados na seção Setor Externo. Apesar de um crescimento significativo das exportações, o resultado ficou abaixo do esperado. Isto decorreu do movimento de recuperação das importações, observado desde o início deste ano. As exportações atingiram US\$ 31,2 bilhões, e as importações foram de US\$ 30,2 bilhões no acumulado janeiro/julho de 2000.

No tocante às exportações, estas apresentaram um crescimento de 17,3% no acumulado jan/jul de 2000, ante o mesmo período do ano anterior – ver Gráfico 1. As vendas externas de manufaturados continuam destacando-se, apresentando sucessivas taxas de crescimento acima da média desde fevereiro de 2000. Isto tem resultado no aumento da participação destes produtos na pauta brasileira de exportação, de 57% em 1999, para 59% em média no período janeiro julho de 2000. A análise do destino das exportações demonstra que o Brasil continua mantendo-se como um *global trader*, apresentando uma inserção importante nos principais países e blocos econômicos do mundo – ver Tabela 1.1.

No que diz respeito às importações, o crescimento de 11,5% acumulado de janeiro a julho – contra igual período de 1999 –, decorreu principalmente do crescimento das compras externas de combustíveis e lubrificantes, e matérias-primas e bens intermediários – ver Gráfico 1.2. No primeiro caso, isto resultou da alta do preço do petróleo no mercado internacional: no ano até julho as importações de combustíveis e lubrificantes acumularam um crescimento de 49,5%, ante igual período de 1999. A retomada das compras externas de matérias-primas e bens intermediários, por sua vez, tem refletido a recuperação da atividade industrial do país, em um contexto de maior coeficiente de importação, após o processo de abertura comercial iniciado nos anos 90. De janeiro a julho, o crescimento acumulado das importações desta categoria de uso foi de 21,8%. De fato, esta situação mostra a significativa participação de importados na produção dos setores que têm liderado o movimento de retomada da economia. O setor de eletroeletrônicos, por exemplo, apesar de apresentar um crescimento expressivo de suas exportações, tem apresentado um déficit comercial crescente.

A partir de tudo que foi dito, quais seriam as perspectivas de melhora do superávit comercial no futuro?

Do lado das exportações, em um horizonte mais próximo, a continuidade da política de redução gradual das taxas de juros básicas da economia – ainda que de forma mais cuidadosa nos próximos meses –, combinada com a esperada reação dos preços das exportações – que, apesar de ainda muito tímida já pode ser observada nos últimos dados divulgados pelo boletim setorial da FUNCEX – poderá estimular uma taxa de crescimento mais alta das exportações. Tendo em vista o médio e longo prazos, após o ajuste cambial de 1999, parece haver espaço para políticas de promoção às exportações que levem a um crescimento mais dinâmico das mesmas. Dentre as questões a serem consideradas, a necessidade de aumento do conteúdo tecnológico da pauta de exportações tem sido defendida por vários especialistas em comércio exterior.

Quanto às importações, o atual coeficiente

GRÁFICO 1.1
EXPORTAÇÕES: VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)

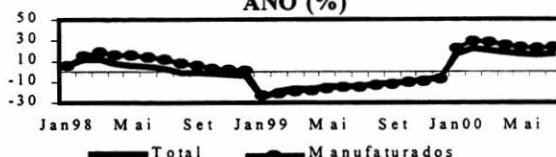


TABELA 1.1
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
BRASILEIRAS: PRINCIPAIS PAÍSES E
BLOCOS ECONÔMICOS

	Exportações			Importações		
	Jan-Jul99	Jan-Jul00	Var%	Jan-Jul99	Jan-Jul00	Var%
União Europeia	29,9	28,0	10,0	31,7	26,4	-6,9
ALADI	21,0	23,3	30,0	18,7	21,1	25,8
Mercosul	13,9	14,3	20,2	14,0	14,5	15,3
Demais	7,1	9,0	49,2	4,7	6,7	57,0
EUA	22,3	22,8	19,6	24,6	23,6	6,7
Ásia	12,3	11,7	11,5	12,6	14,5	28,8
Japão	4,6	4,6	16,5	5,2	5,1	10,9
Coreia	1,3	1,1	-5,6	2,0	2,4	31,8
China	1,4	2,0	62,8	1,7	2,0	34,1
Demais	5,0	4,1	-0,5	3,7	5,0	49,7
Europa Oriental	2,4	1,4	-28,2	1,3	1,9	65,6
Outros	12,0	12,7	23,6	11,1	12,5	25,6
Total	100,0	100,0	17,3	100,0	100,0	11,5

Fonte: Secex

GRÁFICO 1.2
IMPORTAÇÕES: VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)

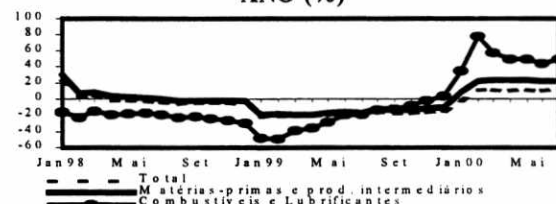


TABELA 1.2
COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
BRASILEIRAS

Período	Mat.-primas e prod. intermed.	Comb. e lubrif.	Bens de Capital	Bens de Consumo				Total Gera
				ão-duráveis	Duráveis		Total	
					Automóveis	Total		
1995	45	10	23	10	6	12	22	100
1996	46	12	24	10	3	9	18	100
1997	45	10	27	9	4	9	18	100
1998	46	7	28	9	5	9	19	100
1999	49	9	28	9	2	6	15	100
2000(1)	52	11	24	7	2	6	13	100

Fonte: Secex

Nota: (1) Janeiro a julho.

de importação da economia e o fato de a pauta estar concentrada em produtos essenciais à retomada do crescimento (matérias – primas, bens intermediários e bens de capital), torna remota a possibilidade de reduzi-las no curto prazo – ver Tabela 1.2. Certamente, um recuo do preço internacional do barril petróleo colaboraria para uma redução das compras externas, mas teria um efeito limitado, tendo em vista a pequena participação de combustíveis e lubrificantes na pauta. Em um horizonte mais amplo, as iniciativas de investimento em fornecedores nacionais de peças e componentes estimuladas pelo ajuste do câmbio em 1999, poderão levar a um processo de substituição de importações de alguns produtos – principalmente, de bens intermediários e matérias-primas –, o que também colaborará para uma melhora do resultado comercial.

PRODUÇÃO BNDES

ÍNDICE

- ◆2 - Nível de Atividade:
IBGE divulga o PIB do segundo trimestre de 2000.....2
- ◆3 - Inflação:
A Aceleração Recente.....3
- ◆4 - Finanças Públicas:
A evolução do déficit nominal do setor público...4
- ◆5 - Mercado Financeiro:
A Redução do Spread Bancário.....5
- ◆6 - Setor Externo:
O Desempenho das Contas Externas e a Importância dos IED como Fonte de Financiamento.....6
- ◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....7
- ◆8 - Anexo Estatístico.....9

◆2 - Nível de Atividade

IBGE divulga o PIB do segundo trimestre de 2000

Os dados do PIB no segundo trimestre de 2000 confirmam a continuidade da trajetória de crescimento do nível de atividade, com destaque para o desempenho da agropecuária e do setor industrial. Os últimos números tornam mais concreta a possibilidade de um crescimento do PIB próximo a 4% em 2000, ante o ano anterior.

No segundo trimestre de 2000, o PIB apresentou um crescimento de 3,92% em relação a igual trimestre do ano anterior. No primeiro semestre, houve um crescimento acumulado expressivo de 3,84% em relação a igual período do ano anterior, o terceiro melhor resultado da década – ver Tabela 2.1. Em relação ao primeiro trimestre de 2000, houve uma expansão dessazonalizada mais modesta, de 0,23% – ver Gráfico 2.1 e Tabela 2.2.

Ainda que se tenha em conta que o primeiro semestre do ano passado é uma base fraca de comparação, o resultado é positivo, considerando que o PIB vem mantendo uma trajetória contínua de crescimento nos últimos quatro trimestres – ver Gráfico 2.2.

O crescimento em relação ao segundo trimestre de 1999 foi liderado pela agropecuária, que apresentou uma expansão de 8,75% no período – com destaque para o crescimento da produção das lavouras (10,40%). A indústria registrou um crescimento de 4,34% de seu PIB no período. O PIB dos serviços, por sua vez, cresceu 3,12%. No primeiro semestre, os destaques de crescimento também foram a agropecuária e a indústria, com expansão acumulada do PIB, de 6,45% e 5,00%, respectivamente – ver Tabela 2.1.

Espera-se que o PIB mantenha sua trajetória de crescimento nos próximos trimestres. A redução das taxas de juros básicas da economia certamente contribuirá para isso.

O desempenho recente do nível de atividade

Os últimos dados disponíveis confirmam a tendência de crescimento gradual do nível de atividade.

Conforme a FIESP, o INA dessazonalizado registrou um crescimento de 0,9% em julho, ante junho. Na comparação com igual mês do ano anterior, o INA registrou um crescimento de 6,1%.

Os resultados do comércio varejista

De acordo com os dados preliminares da FCESP, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou, no mês de julho, um crescimento de 6,7% em relação a igual mês do ano passado, com destaque para

TABELA 2.1
PIB TRIMESTRAL - VARIAÇÕES (%)

	00.II/99.II	1º sem 00/1º sem 99
Agropecuária	8,75	6,45
Lavouras	10,40	6,49
Extrativa vegetal	7,94	8,55
Produção animal	5,34	6,28
Indústria	4,34	5,00
Extrativa mineral	9,88	7,53
Transformação	5,49	6,45
Construção	1,60	1,91
Serv. util. pública	4,88	5,48
Serviços	3,12	2,96
Comércio	5,39	6,23
Transporte	2,26	2,22
Comunicações	15,60	14,06
Instit. Financeiras	4,01	3,93
Outros serviços	1,63	1,20
Aluguel de imóveis	2,54	2,54
Adm. pública	1,49	1,20
Dummy Financeiro	4,01	3,93
PIB (1)	3,92	3,84

Fonte: IBGE

Nota: (1) A preços básicos.

GRÁFICO 2.1
PIB TRIMESTRAL
ÍNDICE COM AJUSTE SAZONAL (1998=100)

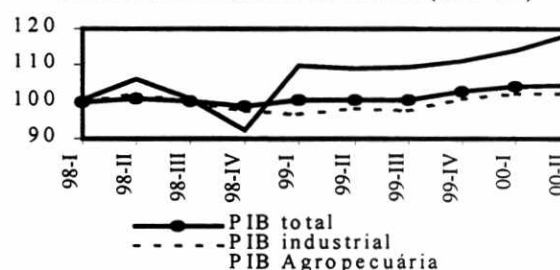
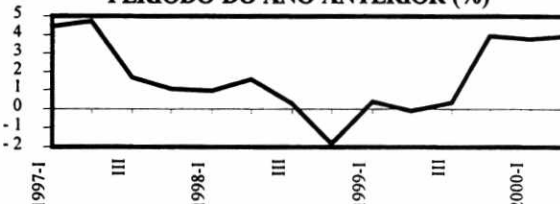


TABELA 2.2
PIB TRIMESTRAL COM AJUSTE SAZONAL
(1990=100)

Período	PIB total (a preços básicos)	Agrop.	Indústria	Serviços	Dummy Financeiro
1998 I	122,1	122,0	119,1	107,0	83,1
II	123,2	128,6	121,9	112,4	83,8
III	122,3	122,1	119,1	115,4	83,5
IV	120,6	112,0	116,3	112,6	82,2
1999 I	122,7	133,2	115,1	108,8	83,3
II	122,7	132,3	117,1	113,8	83,3
III	122,8	132,5	116,3	116,2	83,9
IV	125,4	134,8	120,1	115,4	85,6
2000 I	127,2	138,2	121,7	111,9	86,5
II	127,5	143,6	121,8	117,4	86,5

Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.2
PIB TRIMESTRAL
VARIAÇÃO DO TRIMESTRE CONTRA IGUAL
PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)



os bens de consumo duráveis, com expansão real do faturamento de 11,7%, no período.

No acumulado do ano até julho, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou uma expansão de 11,2% em relação a igual período de 1999. Nesta base de comparação, o destaque de crescimento também coube aos bens de consumo duráveis, com uma variação de 17,2% em relação ao acumulado janeiro/julho de 1999.

◆3 - Inflação

A Aceleração Recente da Inflação

Nos meses de julho e agosto, os índices de preços apontaram para uma significativa aceleração da inflação.

O tema inflação, afastado de cena desde o final do ano passado, voltou, assim, ao centro das atenções dos agentes econômicos e formuladores de política econômica.

No atacado, o aumento dos preços decorreu: i) do reajuste de combustíveis; ii) do período de entressafra, que fez subir os preços dos grãos e da carne; e iii) da mudança climática, que pressionou os preços de verduras, legumes e frutas.

No varejo, o aumento dos preços ao consumidor refletiu não só a alta dos preços de combustíveis e alimentos mas, como também, o reajuste das tarifas de telefone e luz; além do aumento dos preços de remédios.

O IPCA, o IPC-FIPE e o IGP-DI registraram taxas de variação positivas de 1,61%, 1,40% e 2,26%, respectivamente frente aos 0,23%, 0,18% e 0,93% registrados no mês anterior.

No acumulado em 12 meses, a taxa de inflação média – medida pela média aritmética desses três índices – passou de 9,16%, em junho, para 9,70% em julho – ver Gráfico e Tabela 3.1.

A expectativa é de que o impacto dos aumentos de preços sazonais e dos reajustes das tarifas públicas já esteja diluído nos índices de inflação de setembro. Tratando-se, portanto, de um repique inflacionário.

Apesar do núcleo do IPC, medido pela FGV, ter passado de -0,01%, em junho, para 1,91% em julho, a taxa acumulada em 12 meses permaneceu praticamente estável – ver Gráfico 3.2.

Vale destacar que, até o momento, a tendência de queda da inflação no médio e logo prazo permanece inalterada, já que a alta recente dos preços é fruto de uma inflação de

GRÁFICO 3.1
MÉDIA DAS TAXAS ACUMULADAS EM 12 MESES: IPCA, IPC-FIPE E IGP-DI, (%)

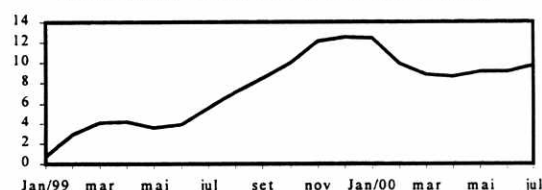
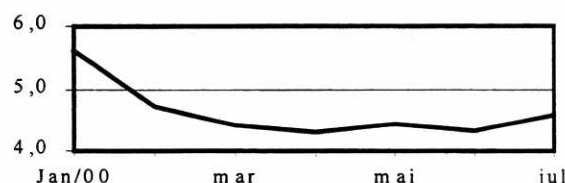


GRÁFICO 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES



oferta e não de demanda.

Entretanto, preocupações quanto à possibilidade de uma inflação de demanda poderão surgir ao longo do primeiro semestre de 2001, caso a expansão do consumo interno pressione setores que operem com pouca capacidade ociosa. Logo, a discussão sobre o comportamento futuro da inflação passará, necessariamente, pela análise da capacidade de crescimento da produtividade, principalmente dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis – setores mais pressionados num processo de recuperação da atividade econômica.

Em 2000, a inflação medida pelo IPCA deverá ficar ligeiramente acima dos 6% inicialmente esperados. Este resultado poderá vir a ter um impacto negativo sobre as expectativas quanto ao cumprimento da meta para 2001, de 4%.

O IPC-FIPE em Agosto

A terceira prévia do mês de agosto do Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, apontou para uma inflação de 1,81% frente aos 1,40% registrados no fechamento do mês de julho.

Para o mês de agosto, a expectativa da FIPE é de uma taxa de inflação de 1,40%. Para 2000, a projeção é de uma inflação entre 5,0% e 5,5%. Já para 2001, a FIPE espera uma inflação de 3,5%.

O IGP-M em Agosto

O IGP-M, em agosto, registrou uma taxa de variação positiva de 2,39%, 0,82 ponto percentual acima do resultado do mês de julho, que foi de 1,57%.

O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram, respectivamente, taxas de variação positivas de 3,10%, 1,66% e 0,35%.

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
Jan/99	1,97	1,65	-1,53	0,70
fev	6,48	2,24	0,01	2,91
mar	8,33	3,02	0,81	4,05
abr	8,51	3,35	0,66	4,17
mai	7,90	3,14	-0,24	3,60
jun	8,69	3,32	-0,50	3,83
jul	10,84	4,57	1,36	5,59
ago	12,64	5,69	3,14	7,16
set	14,32	6,25	4,77	8,45
out	16,52	7,50	5,93	9,98
nov	19,68	8,65	7,98	12,10
dez	19,98	8,94	8,64	12,52
Jan/00	19,82	8,85	8,71	12,46
fev	14,95	7,86	6,95	9,92
mar	12,92	6,92	6,60	8,81
abr	13,03	6,77	6,20	8,67
mai	14,18	6,47	6,63	9,09
jun	14,07	6,51	6,90	9,16
jul	14,83	7,06	7,23	9,70

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal no acumulado janeiro/junho de 2000 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 2,70% do PIB, significativamente abaixo dos 5,48% do PIB de 1999 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 6,86% do PIB no acumulado até junho, contra os 8,60% do PIB em 1999.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,16% do PIB no período, ante um superávit de 3,12% do PIB em 1999. Vale ressaltar o aumento do superávit primário dos governos regionais, que de 0,22% do PIB em 1999, passou para 1,00% do PIB no acumulado janeiro/junho de 2000. Esta melhora decorreu, principalmente, da recuperação do resultado primário dos estados.

As receitas federais em julho

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou uma queda real de 10,84% em julho de 2000, ante o mesmo mês de 1999 – ver Tabela 4.2. No acumulado no ano até julho, a arrecadação apresentou um crescimento real de 1,72%.

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1999		2000
	jan-jun	ano	jan-jun
Nominal	6,23	5,48	2,70
Governo Central	3,29	2,24	1,31
Gov. Fed. e Bacen	3,27	2,59	1,66
Empresas Estatais Federais	0,03	-0,36	-0,35
Governos Regionais	2,94	3,25	1,39
Governos Estaduais	2,25	2,51	1,17
Governos Municipais	0,30	0,43	0,17
Empresas Estatais Estaduais	0,31	0,27	0,04
Empresas Estatais Municipais	0,08	0,04	0,00
Juros Nominais	9,46	8,60	6,86
Governo Central	6,16	5,14	4,47
Gov. Fed. e Bacen	5,88	4,88	4,40
Empresas Estatais Federais	0,28	0,26	0,07
Governos Regionais	3,30	3,46	2,39
Governos Estaduais	2,44	2,66	1,83
Governos Municipais	0,52	0,50	0,36
Empresas Estatais Estaduais	0,32	0,28	0,19
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,01
Primário	-3,23	-3,12	-4,16
Governo Central	-2,87	-2,90	-3,15
Gov. Fed. e Bacen	-3,38	-3,19	-3,39
INSS	0,77	0,91	0,65
Empresas Estatais Federais	-0,26	-0,62	-0,42
Governos Regionais	-0,36	-0,22	-1,00
Governos Estaduais	-0,19	-0,16	-0,66
Governos Municipais	-0,22	-0,06	-0,18
Empresas Estatais Estaduais	-0,01	-0,02	-0,15
Empresas Estatais Municipais	0,06	0,02	-0,01

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

Dívida líquida do setor público permanece em 44% do PIB

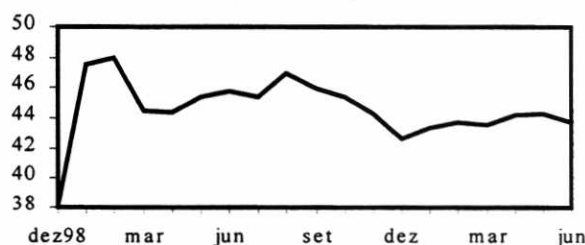
A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 43,7% do PIB em junho de 2000, ante os 42,5% do PIB observados em dezembro de 1999 – ver Tabela 4.3 e Gráfico 4.1.

TABELA 4.2
ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
a preços de julho de 2000

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Jun	Jul	Jan-jul	Jul00/ Jun00	Jul00/ Jul99	Jan-Jul00/ Jan-Jul99
1999	13112	15817	98555	-	-	-
2000	13819	14103	100248	2,05	-10,84	1,72

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

GRÁFICO 4.1
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (1)
(% DO PIB)



Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM
DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (jun)
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,7	31,8	32,6	34,2
Governo Central	3,0	6,6	12,0	13,3	16,8	16,8	18,5
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,3	35,5	37,7	40,4
Indebidos ao câmbio	1,0	0,8	2,0	4,4	7,5	9,1	8,9
Indebidos a SELIC	1,8	5,9	4,0	9,8	24,5	23,0	23,8
Prevididos	4,7	6,6	13,0	11,6	1,2	3,5	6
Outros	4,1	2,2	2,4	2,5	2,3	2,1	1,7
Créditos do BC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-5,7	-4,1	-3,6
Renegociação/ Est. e Mun. e PROES	0,0	0,0	0,0	-5,5	-9,5	-12,0	-12,9
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-3,1	-3,1	-3,2
Demais contas	-2,0	-1,1	1,6	0,9	-0,4	-1,7	-2,2
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,5	13,7	14,6	14,5
Renegociação/ Est. e Mun. e PROES	0,0	0,0	0,0	5,5	9,5	12,0	12,9
Dívida mobiliária	4,7	5,5	6,2	4,3	2,4	1,2	0,1
Demais dívidas	4,8	4,8	4,9	2,7	1,8	1,4	1,5
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,3	1,2	1,2
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	6,3	9,9	9,5
Governo Central	6,2	3,5	1,6	1,9	4,3	7,5	7,3
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	0,8
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,9	1,3	1,5	1,4
Dívida total	26,0	27,3	30,9	31,0	38,1	42,5	43,7
Governo Central	9,2	10,1	13,6	15,2	21,1	24,3	25,8
Gov. estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	13,0	14,4	15,5	15,3
Estados	nd	nd	nd	11,2	12,4	13,4	13,1
Municípios	nd	nd	nd	1,8	2,0	2,1	2,2
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	2,6	2,7	2,6
Federais	nd	nd	2,5	1,0	0,5	0,4	0,2
Estaduais	nd	nd	3,2	1,7	2,0	2,1	2,2
Municipais	nd	nd	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Base monetária	3,6	3,1	2,4	3,6	4,3	4,4	2,8
Dívida total com base monetária	29,6	30,4	33,3	34,6	42,4	46,9	46,5

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

A Nova Taxa Selic

Na última reunião do Copom, indo ao encontro das expectativas de grande parte do mercado, o governo decidiu manter inalterada a taxa *Selic* em 16,5% ao ano - ver Gráfico 5.1.

A despeito da operação bem sucedida de troca de títulos da dívida, do anúncio de uma possível melhora de *rating* do Brasil e da injeção de recursos da ordem de US\$ 3 bilhões com a venda das ações da Petrobrás, a decisão de manter inalterada a taxa de juros até a próxima reunião do Copom refletiu, principalmente, as preocupações quanto ao comportamento futuro da inflação.

Um dos itens que mais chamou a atenção na ata do Copom foi a preocupação quanto ao comportamento dos preços do petróleo no mercado internacional, já que estão extremamente elevados e, ao mesmo tempo, não têm dado sinais de arrefecimento. Por outro lado, os preços agrícolas e os reajustes das tarifas públicas, também citados como fatores para a manutenção da taxa *Selic*, não inspiram maiores preocupações futuras, já que alta dos preços agrícolas se deve a fatores sazonais e o efeito dos reajustes das tarifas públicas deverão desaparecer nos índices de setembro.

A preocupação maior fica, agora, com o cumprimento da meta de inflação, de 4%, para o ano 2001. Sendo assim, a possibilidade de novos cortes na taxa de juros está condicionada a viabilidade do cumprimento da meta para o próximo ano, o que requer que a inflação mensal recue para cerca de 0,5% entre setembro e novembro.

No mercado futuro de juros, as taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para setembro, outubro e novembro fecharam, em 31/08, em 16,51%, 16,63% e 16,65%, respectivamente.

A Redução do Spread Bancário

Desde outubro do ano passado, quando o governo anunciou a prioridade em reduzir as taxas de juros para o tomador final, várias foram as medidas adotadas neste sentido e expressivos foram os resultados obtidos.

Entre tais medidas, destacam-se: i) a redução dos depósitos compulsórios, que vem proporcionando não só a redução dos juros como a expansão da oferta de crédito; e ii) a maior transparência na divulgação de informações, estimulando a concorrência.

A taxa média de juros pré-fixada cobradas pelas instituições financeiras para pessoa física passou de 76,5% a.a. em junho, para 74,0% a.a. em julho. Em outubro de 1999, esta taxa estava em 103,0% a.a. - ver Tabela 5.1.

No tocante à pessoa jurídica, nesta mesma base de comparação, esta taxa passou de 38% a.a. para 35,2% a.a. Em outubro de

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

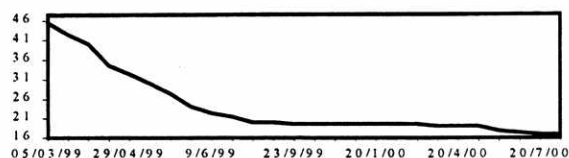


GRÁFICO 5.2
EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO (%a.a.)

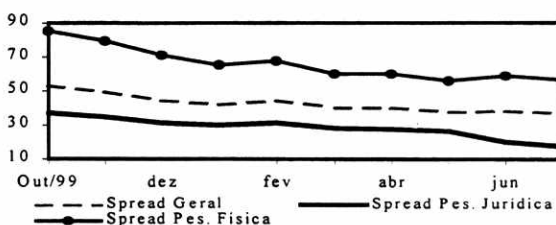


TABELA 5.1
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS E DO
SPREAD BANCÁRIO

	Out/99	Dez/99	Jun/00	Jul/00
Taxa de Juros - Geral	70,6	62,3	56,4	53,9
Pessoa Física - Geral	103,0	89,4	76,5	74,0
Cheque Especial	162,3	138,8	162,5	147,5
Pessoa Jurídica	54,8	49,2	38,0	35,2
Taxa de Captação - CDB	17,9	18,1	17,9	17,5
Spread - Geral	52,7	44,1	38,5	36,4
Pessoa Física - Geral	82,0	71,3	58,6	56,5
Cheque Especial	144,4	120,7	144,6	130,0
Pessoa Jurídica	36,9	31,0	20,0	17,8

1999, esta taxa era de 54,8% a.a.

Esta mesma tendência declinante dos juros cobrados pelas instituições financeiras pode ser observada no *spread* bancário, que passou de 52,7% a.a. em outubro de 1999, para 38,5%, em junho de 2000, e para 36,4% em julho de 2000.

Vale destacar que o *spread* bancário - diferença entre a taxa de juros de captação e aplicação - das operações com pessoas jurídicas vem apresentando maior redução do que as com pessoas físicas - ver Gráfico 5.2.

Esta maior queda relativa dos juros e do *spread* bancário das operações com pessoas jurídicas é reflexo direto da maior competição neste segmento, fazendo com que as medidas adotadas pelo Banco Central de estímulo à redução dos juros tenham um maior impacto no setor empresarial.

Highlights

Refletindo as preocupações com os índices de inflação e a redução do fluxo de entrada no país de recursos estrangeiros, a cotação do dólar, medida pela Ptax (venda), subiu 2,7% em relação ao fechamento do mês de julho, passando de R\$ 1,7748 para R\$ 1,8234.

O IBOVESPA, em agosto, registrou uma valorização nominal positiva de 5,4% em relação a julho. No acumulado do ano, esta valorização foi de 1,5%.

◆6 - Setor Externo

O Desempenho das Contas Externas e a Importância dos IED como Fonte de Financiamento

O Balanço de Pagamentos, no mês de julho, registrou um superávit de US\$ 1,3 bilhão, resultado de um déficit em conta corrente de US\$ 1,3 bilhão e de um superávit na conta de capital de US\$ 2,6 bilhões – ver Tabela 6.1.

O déficit em transações correntes, no mês de julho, foi 13% inferior ao registrado em igual mês de 1999, o que decorreu, basicamente, de menores remessas de lucros e dividendos e de um aumento do superávit comercial. Vale destacar que o ingresso líquido de investimento externo direto (IED), em julho, de US\$ 5,1 bilhões, foi mais do que suficiente para financiar o déficit em transações correntes no período.

Entretanto, cabe ressaltar o ingresso de US\$ 2,6 bilhões para o aumento de participação de empresa estrangeira em sua subsidiária no Brasil, por meio da aquisição de ações em posse de acionistas minoritários. Como o pagamento por essas ações se deu através de *Brazilian Depositary Receipts* (BDR), com lastro nas ações da empresa estrangeira, o valor equivalente do pagamento foi registrado como investimento direto estrangeiro no exterior. Do total de ingressos de IDE no mês de julho, apenas US\$ 554 milhões foram destinados às privatizações – US\$ 127 milhões para o setor elétrico e US\$ 369 milhões para o setor de telecomunicações.

No tocante à distribuição por país, no período janeiro/julho, os principais investidores foram os EUA, Espanha e Portugal, com participações de 23,8%, 23,5% e 8,7%, respectivamente, no total de ingressos de IED no país – ver Tabela 6.2. Como reflexo do processo de reestruturação do setor financeiro brasileiro e de privatizações de serviços públicos, destaca-se a expressiva participação do setor de serviços nos fluxos recentes de IED.

No período janeiro/julho, 74,6% dos IED destinaram-se ao setor de serviços, 31,8% para o segmento de comunicações e 12,9% para o de comércio – instituições financeiras – ver Tabela 6.3. Por último, apesar do déficit em transações correntes, acumulado em 12 meses, ter passado de US\$ 32,3 bilhões, em julho de 1999, para US\$ 23,8 bilhões, em julho último, este é ainda da ordem de 4% do PIB.

Neste sentido, para que a retomada da credibilidade no país continue melhorando, é necessário dar continuidade ao ajustamento externo em andamento, onde a manutenção de um expressivo fluxo de IED e a expansão da política de promoção às exportações se torna quase que imprescindível para a redução gradual da vulnerabilidade externa do país e, consequentemente, do risco Brasil.

TABELA 6.1
BALANÇO DE PAGAMENTOS
US\$ milhões

	1999		2000	
	Jul	Jan-Jul	Jul	Jan-Jul
Transações Correntes	-1544	-13990	-1343	-12706
Balança Comercial	90	-530	118	937
Exportações	4117	26568	5003	31156
Importações	4027	27099	4885	30219
Serviços	-1806	-14724	-1593	-14659
Juros	-837	-8620	-884	-8878
Outros	-969	-6105	-709	-5781
Transferências Unilaterais	172	1264	132	1016
Capital	2394	11925	2607	6201
Var. hav. curto prazo (= aumento)	-850	2065	-1264	6505

Fonte: Banco Central.

A Balança Comercial Brasileira em Agosto

Na quarta semana de agosto, a Balança Comercial brasileira registrou um déficit de US\$ 78 milhões, com exportações de US\$ 1167 milhões e importações de US\$ 1245 milhões.

No acumulado do mês, a média diária das exportações (US\$ 248,2 milhões), foi superior em 27,7% à média diária de agosto de 1999 (US\$ 194,4 milhões) e em 4,2% à de julho de 2000.

No tocante às importações, a média diária das quatro primeiras semanas de agosto apresentou uma elevação de 16,4% frente a agosto de 1999 e de 1,5% sobre julho de 2000.

Em agosto, a Balança Comercial, até o dia 20/08, foi superavitária em US\$ 231 milhões. No acumulado do ano, até a quarta semana de agosto, a Balança Comercial brasileira registrou um superávit de US\$ 1170 milhões.

TABELA 6.2
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED)
DISTRIBUIÇÃO POR PAÍS DE ORIGEM
US\$ milhões

Países	2000 (jan-jul)	
	Fluxo	%
Estados Unidos	3.744	23,8
Alemanha	251	1,6
Japão	66	0,4
França	1.343	8,6
Canadá	105	0,7
Reino Unido	206	1,3
Ilhas Virgens	155	1,0
Países Baixos	1.061	6,8
Itália	157	1,0
Ilhas Cayman	1.242	7,9
Bermudas	303	1,9
Suécia	100	0,6
Bélgica	318	2,0
Ilhas Bahamas	147	0,9
Luxemburgo	610	3,9
Espanha	3.686	23,5
Portugal	1.370	8,7
Demais	842	5,4
Total	15.706	100

Fonte: Banco Central.

TABELA 6.3
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED)
DISTRIBUIÇÃO POR SETOR
US\$ milhões

	Jan-Jul	
	Valor	%
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	266	1,7
Indústria	3.720	23,7
Alimentar	635	4,0
Automóvel e carga	234	1,5
Material elétrico	291	1,9
Mecânica	625	4,0
Minerais metálicos	139	0,9
Minerais não-metálicos	85	0,5
Peças indústria automotiva	506	3,2
Produtos animais - laticínios	56	0,4
Química e farmacêutica	749	4,8
Outras indústrias	400	2,5
Serviços	11.720	74,6
Comércio - instituições financeiras	2.023	12,9
Comércio	1.264	8,0
Comunicações	4.989	31,8
Comunitários	180	1,1
Independentes	284	1,8
Internet	1.197	7,6
Utilidade pública - energia elétrica e gás	1.595	10,2
Outros serviços	188	1,2
Total	15.706	100,0

Fonte: Banco Central.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou uma queda real de 0,5% no acumulado em 12 meses até julho de 2000 - ver Gráficos da página seguinte. Um resultado extremamente favorável em relação ao que se observou no acumulado em 12 meses até junho, que apresentou uma queda de 12%. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma redução real de 23%, no período.

O valor das aprovações do BNDES cresceu 4% em termos reais no acumulado 12 meses até julho de 2000, revertendo uma trajetória de queda que se mantinha desde março de 1999. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma queda de 2% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma expansão significativa de 12% no acumulado em 12 meses até julho de 2000. Isto representou uma considerável recuperação, tendo em vista que tinha ocorrido em junho uma queda real acumulada em 12 meses de 9%. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de 33% no período, também um resultado extremamente favorável.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 9,7 bilhões no acumulado no ano até julho de 2000, ante os R\$ 9,8 bilhões registrados em igual período de 1999, ambos a preços de julho de 2000 - ver Tabela 7.1. A BNDESPAR apresentou uma expansão real de 207% de seus desembolsos no acumulado até julho de 2000, ante o mesmo período do ano anterior. A FINAME registrou um crescimento de 1,7% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma redução real de cerca de 20% dos desembolsos no período. As liberações para operações indiretas registraram um queda real de 26%. As operações diretas, por sua vez, apresentaram uma redução real de 14% de seus desembolsos.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado até julho de 2000, o destaque foi o setor de infra-estrutura, com crescimento real de 27% de seus desembolsos. Os serviços também apresentaram uma expansão real expressiva das liberações, de 16%, ante o acumulado janeiro/julho de 1999. Em julho de 2000, as liberações para a indústria de transformação mantiveram a maior participação - de 45% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)
Em R\$ milhões

Itens	1999	2000	Var. %
BNDES	6.368	5.075	-20,3
Op. Diretas	2.886	2.494	-13,6
Op. Indiretas	3.482	2.581	-25,9
FINAME	2.959	3.008	1,7
BNDESPAR	497	1.527	207,3
Total	9.824	9.753	-0,7

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Acumulado até julho de cada ano, a preços de julho de 2000 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1	43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8	40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4	40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9	30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2	24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0	13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1	2,9
jan99	46,4	-13,3	-62,2	24,5	-19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2	-24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2	-8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2	-26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3	-24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4	-24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7	-27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4	-28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0	-30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1	-28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4	-24,8
dez	-14,4	0,3	-30,0	-17,0	-15,8
jan00	-2,5	-25,9	71,6	-4,9	-8,2
fev	2,4	-25,0	20,7	31,8	-10,9
mar	-14,4	-9,3	-29,0	1,2	-15,4
abr	-9,1	-15,5	-29,7	11,4	-17,1
mai	-12,9	-12,8	-12,4	-12,8	-12,7
jun	8,0	-19,8	-34,5	14,6	-18,7
jul	10,2	-17,2	26,7	15,7	-0,7

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1999	2000	Var. %	Part %
TOTAL	9824	9753	-0,7	100,0
AGROPECUÁRIA	864	952	10,2	9,8
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	5283	4373	-17,2	44,8
METALURGIA	551	1101	99,9	11,3
MECÂNICA	497	274	-44,8	2,8
MATERIAL DE TRANSPORTE	2053	1473	-28,3	15,1
CELULOSE E PAPEL	244	112	-54,4	1,1
QUÍMICA, P.F., PERF., S. E VELAS	351	191	-45,6	2,0
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	853	574	-32,7	5,9
OUTRAS	735	648	-11,8	6,6
INFRA-ESTRUTURA	2602	3298	26,7	33,8
SERVIÇOS	924	1069	15,7	11,0
OUTROS	150	62	-59,0	0,6

Fonte: AP/DEPLAN.

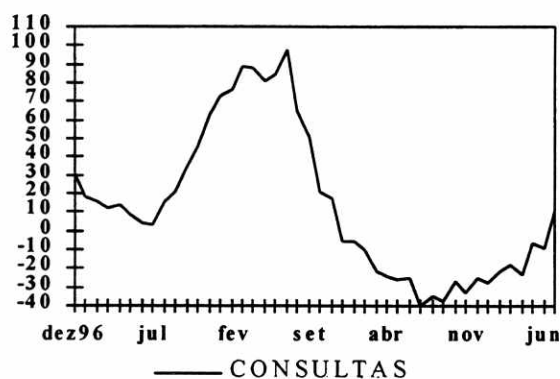
Nota: (1) Acumulado até julho de cada ano, a preços de julho de 2000 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

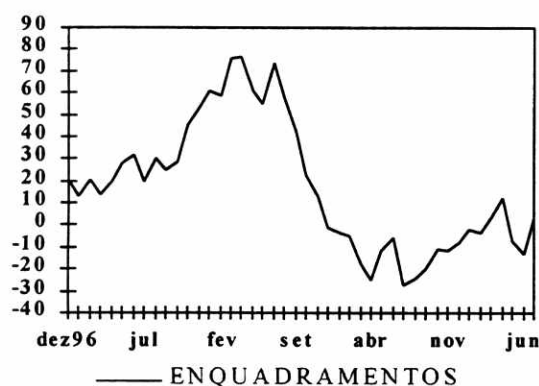


GRÁFICO 7.3

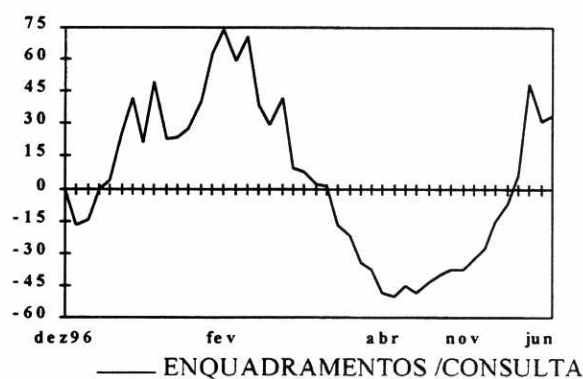


GRÁFICO 7.4

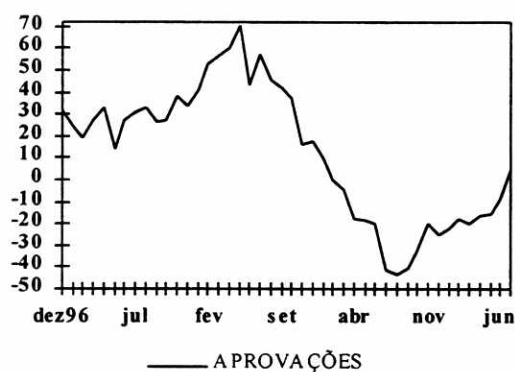


GRÁFICO 7.5

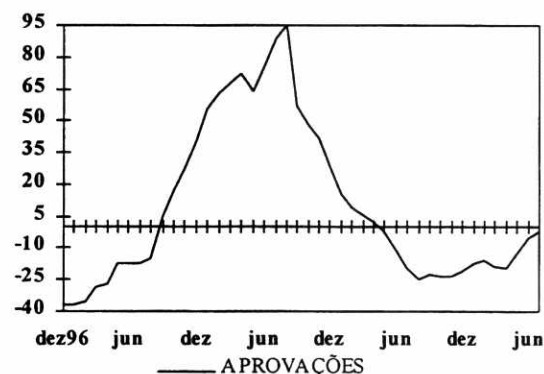


GRÁFICO 7.6

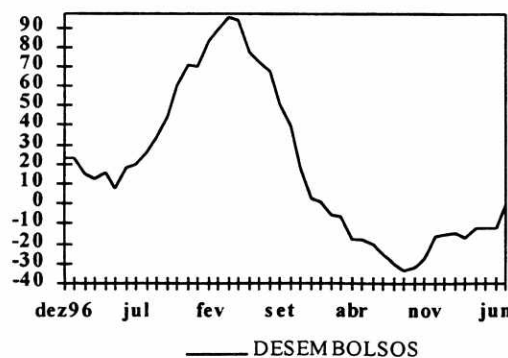
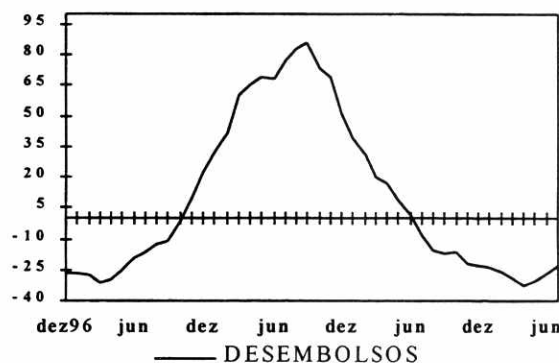


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FG V			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	0,18	0,18	0,03
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-1,80	-1,62	-7,10
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	0,52	-1,11	11,59
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	2,30	1,16	18,17
mai	0,31	2,30	13,88	1,10	2,10	5,95	2,43	3,62	16,34
jun	0,85	3,17	14,44	-1,46	0,61	1,72	-0,09	3,53	12,41
jul	1,57	4,79	14,46	-1,40	-0,80	-0,81	-1,63	1,86	6,63
ago	2,39	7,29	15,39	2,74	1,92	-4,83	-	-	-

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		NFSP (% PIB)				Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		Primário		Nominal		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Citibank	4,0	4,5	5,1	6,1	6,2	4,9	3,1	3,6	-	-	-3,2	-3,0	-	-	55,4	62,5	53,9	59,9	1,5	2,6	-25,4	-25,5
Chase	3,9	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,3	-3,0	-	-	54,8	60,3	52,8	55,1	2,0	5,2	-23,5	-21,7
Garantia	3,4	4,0	4,6	5,7	6,0	9,0	3,1	3,6	-	-	-3,2	-3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HSBC	4,2	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,3	-3,0	-	-	54,5	59,0	53,5	55,5	1,0	3,5	-24,7	-23,0
LCA	3,6	4,0	4,8	4,6	4,3	5,0	2,9	3,2	-	-	-3,3	-2,9	3,3	2,5	55,3	59,2	54,2	56,2	1,1	3,0	-24,9	-25,4
Macrométrica	4,3	4,6	6,7	6,2	1,7	4,8	3,3	3,5	-	-	-3,3	-2,8	3,6	3,7	55,9	59,5	54,0	56,2	1,9	3,3	-22,8	-21,5
MCM Consultores	4,1	4,7	5,5	5,3	4,2	2,0	3,2	4,7	20,5	21,6	-3,3	-3,0	3,9	2,6	54,1	59,5	53,4	56,6	0,7	2,9	-25,3	-25,3
Rosenberg	3,7	4,2	4,6	5,5	6,0	5,9	2,8	3,2	19,0	19,5	-3,1	-3,0	3,9	3,0	54,5	60,5	53,5	58,3	1,0	2,2	-24,2	-24,9
Tendências	3,6	3,9	5,2	4,8	0,9	4,4	3,1	3,1	20,0	20,5	-3,1	-3,0	3,8	2,4	52,6	54,8	50,9	52,0	1,7	2,8	-24,9	-20,0
MÉDIA	3,9	4,4	5,2	5,5	4,2	5,1	3,1	3,6	19,8	20,5	-3,2	-3,0	3,7	2,7	54,6	59,4	53,3	56,2	1,4	3,2	-24,5	-23,4
DESVIO PADRÃO	0,30	0,36	0,74	0,54	1,95	2,08	0,16	0,54	0,62	0,86	0,08	0,07	0,21	0,41	0,96	1,78	1,02	1,78	0,48	0,87	0,83	1,98

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	set	out	nov	2000	set	out	nov	2000
Citibank	0,6	0,3	-	5,2	0,6	0,1	-	8,5
Chase	0,6	0,6	0,4	5,9	0,7	0,5	0,5	9,6
Garantia	0,4	0,3	0,5	5,6	0,7	0,2	0,5	-
HSBC	0,5	0,6	0,4	-	0,6	0,5	0,5	-
Macrométrica	0,8	0,7	0,7	5,9	1,2	0,7	0,6	9,1
MCM Consultores	0,6	0,8	0,4	5,9	0,4	0,4	0,7	9,5
Rosenberg	0,0	0,0	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0	8,0
Tendências	0,2	0,4	0,6	5,3	0,8	0,6	0,3	9,3
Média	0,5	0,5	0,5	5,7	0,7	0,4	0,5	9,0
Desvio Padrão	0,18	0,15	0,12	0,24	0,25	0,16	0,11	0,58

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIP E)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	0,42	0,09	0,23	0,13	-0,02	0,32	0,13	1,77	1,81	1,87
maio	0,01	0,03	0,31	0,67	0,69	0,72	0,25	1,83	1,83	1,92
junho	0,23	0,18	0,85	0,93	1,45	0,64	0,21	1,81	1,80	1,93
julho	1,61	1,40	1,57	2,26	2,79	2,48	0,12	1,80	1,77	1,93
agosto	-	-	2,39	-	-	-	0,20	1,81	1,82	1,94
Acum. Ano	3,28	2,28	7,29	5,49	6,18	6,65	1,39	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	-5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
mai	-4,03	0,44	1,19	0,59	2,36	0,79	0,86
jun	10,90	-0,14	0,53	2,96	-0,33	-2,29	0,20
jul	-3,16	-0,93	-0,26	-3,11	-1,55	-2,93	-0,47
ago	2,96	-1,64	-0,96	-1,32	-1,82	0,34	-1,34
Acum. no ano	-5,40	-1,44	4,23	-2,90	-7,27	-5,01	1,75

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicata(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
Jan/00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	43,43	11,66	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	6,98	45,68	11,80	3,58	9,87	9,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun (6)	-	6,92	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul (6)	10,25	6,87	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago (6)	-	6,83	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Com exceção da TJLP, da Libor e dos repasses do BNDES, as informações não estão disponíveis para os meses de junho, julho e agosto. O Banco Central pretende normalizar a divulgação destes dados a partir de meados de setembro.